

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SERGIPE
1ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

Processo: Nº 202188000226

Natureza: Procedimento Comum

Requerente: Edson Bomfim Araújo

Requerido: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A

Data da Perícia: 02 de abril de 2024

Perito Nomeado: Dr. Abel L. Martins do Nascimento

Especialidade: Ortopedia e Traumatologia — CRM/SE 6343

LAUDO PERICIAL

Este laudo pericial é constituído de 04 (quatro) folhas, abrangendo os seguintes itens e respostas aos quesitos previamente formulados pelas partes:

a) Objetivo

b) Histórico

c) Exame Físico Ortopédico Dirigido

d) Exames Complementares

e) Respostas aos Quesitos

f) Conclusão

1. OBJETIVO

O presente laudo pericial tem como finalidade avaliar a existência de incapacidade física e/ou funcional no membro superior direito do autor, em decorrência de acidente motociclístico, para fins de análise de invalidez permanente, conforme os critérios estabelecidos pela legislação vigente aplicável ao Seguro DPVAT.

2. HISTÓRICO CLÍNICO

Conforme os documentos constantes nos autos e relatos do periciando, o Sr. Edson Bomfim Araújo sofreu acidente motociclístico no dia 19 de agosto de 2020, resultando em trauma direto no membro superior direito. O diagnóstico foi de fratura do olécrano (estrutura óssea do cotovelo), tendo sido indicada e posteriormente realizada cirurgia para correção da lesão em 24 de setembro de 2020. Após o procedimento cirúrgico, o paciente evoluiu com limitações funcionais residuais no referido membro.

3. EXAME FÍSICO ORTOPÉDICO DIRIGIDO

Realizado exame clínico detalhado no dia da perícia, observando-se:

- Limitação da extensão do cotovelo direito: cerca de 145° (valor de referência: até 180°);
- Limitação da supinação do antebraço direito: cerca de 60° (valor de referência: até 90°);
- Presença de cicatriz cirúrgica normotrófica na região posterior do cotovelo;
- Ausência de sinais flogísticos (dor, calor, rubor, edema);
- Ausência de exposição do material de síntese;
- Limitação de amplitude de movimento ativa e passiva do cotovelo direito.

4. EXAMES COMPLEMENTARES

Foram analisadas imagens radiográficas prévias e pós-operatórias, que confirmam a fratura do olécrano com consolidação óssea adequada. Não se observam sinais de falência do material de síntese ou complicações infecciosas. Achados compatíveis com o quadro clínico descrito.

5. RESPOSTAS AOS QUESITOS

1. Há nexos causal entre o acidente descrito e a lesão apresentada?

Sim. Há nexos direto e comprovado entre o acidente motociclístico e a fratura do olécrano, cuja evolução resultou em seqüela funcional.

2. A invalidez é permanente e de fácil constatação?

Sim. Trata-se de invalidez permanente, clinicamente evidente, conforme demonstrado no exame físico.

3. Quando o autor teve ciência da incapacidade?

A ciência da limitação funcional ocorreu durante o acompanhamento ortopédico no pós-operatório, entre outubro e novembro de 2020.

4. Há tratamento em curso ou esgotamento terapêutico?

O paciente não se encontra em tratamento ativo, e todas as possibilidades terapêuticas foram esgotadas, sendo o quadro considerado consolidado.

5. O membro já apresentava lesões ou seqüelas anteriores ao acidente?

Não há indícios clínicos ou documentais de patologias ou seqüelas prévias no membro afetado.

6. A invalidez é total ou parcial?

A invalidez é parcial incompleta, restrita ao membro superior direito.

Grau de repercussão funcional: médio.

Percentual estimado: 50%, conforme o Art. 3º, inciso II da Lei nº 6.194/74.

7. Existe comprometimento bilateral ou múltiplos membros?

Não. A limitação é restrita ao membro superior direito, inexistindo acometimento de outros membros.

8. Observações adicionais relevantes ao deslinde da causa:

O quadro funcional do autor encontra-se estável, sem previsão de reversão, e os achados clínicos corroboram com os relatos e documentos médicos apresentados.

6. QUESITOS COMPLEMENTARES

a) Sim, as seqüelas são compatíveis com acidente de trânsito.

- b) Sim, há invalidez permanente.
 - c) A invalidez é parcial.
 - d) Parcial incompleta.
 - e) Grau médio de limitação funcional.
 - f) Lesão localizada no membro superior direito (cotovelo e antebraço).
- 01) Sim, há limitação funcional decorrente das sequelas.
 - 02) Sim, houve perda funcional permanente no membro superior direito.
 - 03) Não há repercussão funcional em outras regiões do corpo.
 - 04) Não se aplica.
 - 05) As sequelas são de natureza permanente.
 - 06) Sim, o caso se enquadra nas hipóteses indenizáveis previstas na Lei nº 6.194/74.

7. CONCLUSÃO

Conclui-se que o Sr. Edson Bomfim Araújo apresenta invalidez permanente, parcial e incompleta, decorrente de fratura do olécrano direito, com repercussão funcional de grau médio.

Com base na legislação vigente (Lei nº 6.194/74), recomenda-se o enquadramento do caso no percentual de 50% da indenização integral, correspondente a lesão de média repercussão.

Dr. Abel L. Martins do Nascimento

Especialista em Ortopedia e Traumatologia

CRM/SE 6343

Documento assinado digitalmente
gov.br ABEL LUIS MARTINS DO NASCIMENTO
Data: 24/04/2025 11:38:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>